



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO
BRASIL

Divisão de Análise Técnica

ELEMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

1. NÚMERO: 028/2026

2. DATA: 22/06/2026

3. PROCESSO: 00112-00004634/2026-49

4. LOCAL: NOVACAP – SAP LOTE B – Brasília/DF

5. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de Operação, Manutenção Preventiva, Corretiva, Preditiva e Assistência Técnica, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, ferramental, insumos, bem como a realização de serviços eventuais diversos, nos equipamentos e instalações dos sistemas de conservação de cadáveres, e de câmaras frias de conservação e armazenamento de remédios/vacinas (rede de frios), com telessupervisão de temperatura, instalados em diversas nas Unidades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF a seguir:

- HRAN - Hospital Regional da Asa Norte, Bloco da anatomia - SMHN Q 2 - Asa Norte, Brasília - DF;
- HRAS/HMIB - Hospital Regional da Asa Sul, Bloco da anatomia - L2 SUL SGAS - QD 608 Módulo A, Brasília - DF;
- HRG - Hospital Regional do Gama, Bloco da anatomia - Setor Central Área Especial 01, Gama - DF;
- HRP - Hospital Regional de Planaltina, Bloco da anatomia - St. Hospitalar Q 1, s/n - Planaltina - DF;
- HRS - Hospital Regional de Sobradinho, Bloco da anatomia - Quadra 12 -Área Especial - Setor Central - Sobradinho - DF;
- HAB - Hospital de Apoio de Brasília, Bloco da anatomia - AENW 3 Lote A Setor Noroeste, Noroeste - DF;
- HRBZ - Hospital Regional de Brazlândia, Bloco da anatomia - Área Especial no 6 - Setor Tradicional, Brazlândia - DF;
- HRPN/Pa - Hospital Regional de Paranoá, Bloco da anatomia - Quadra 02 - Área Especial, Paranoá - DF;
- HRSAM - Hospital Regional de Samambaia - QS 614, Conjunto C - Lotes 01 e 02, Samambaia - DF;
- HRC - Hospital Regional de Ceilândia, Bloco da anatomia - QNM 27 Área Especial 1, Ceilândia - DF;
- HRT - Hospital Regional de Taguatinga, Bloco da anatomia - St. C Norte Área Especial 24 - Taguatinga - DF;
- HRGU - Hospital Regional do Guará, Bloco da anatomia - QI O6, Lote C s/n, Área Especial - Guará - DF;
- DIASF - Diretoria de Assistência Farmacêutica - SAGP L G Parque de Apoio - SIA, Brasília - DF;
- NIAB - Setor Hospitalar Sul 17 - CENTRAL DISTRITAL DA REDE DE FRIOS DO PROGRAMA NACIONAL - SIA.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO: Na forma estabelecida no **Item 13** do Projeto Básico Manutenção de Equipamentos Eletromecânicos-R01 - (Doc SEI/GDF 205712102).

7. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO : O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, permitida a prorrogação por até 5 (cinco) anos, desde que demonstrada sua vantajosidade, nos termos do art. 177 do Regulamento de Licitações e Contratos - **Item 13.2** do Projeto Básico Manutenção de Equipamentos Eletromecânicos- **R01** - (Doc SEI/GDF 205712102).

8. VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS : **R\$ 1.738.392,15** (um milhão, setecentos e trinta e oito mil trezentos e noventa e dois reais e quinze centavos).

9. FONTE DE RECURSOS: Programa de Trabalho **10.122.8202.2396.5303** - Natureza de despesa **33.90.39**, Fonte **100** – disponibilizado o valor de **R\$ 1.210.239,83** (um milhão, duzentos e dez mil duzentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos) , conforme Disponibilidade Orçamentária nº 1055/2026 - SES/SEGEA/SUAG/DIOR/GEOR/NPO (198425884), emitida em 03 de fevereiro de 2026.

O valor residual de **R\$ 604.363,57** (seiscentos e quatro mil trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos) será informado nos próximos exercícios financeiros.

Considerando que na Declaração de Despesa - SES/SEGEA/SUAG (198426681), é possível ter acesso a Declaração de Adequação aos Instrumentos Orçamentários e a Declaração de Não Afetação Metas Resultados segundo o detalhamento contido no **Plano de Trabalho 60 e Termo de Compromisso (200688748)** admitido pela Secretaria Executiva de Gestão Administrativa (SEGEA), mediante Termo de Aprovação (198430339).

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor Preço** - **item 2.11** do Projeto Básico Manutenção de Equipamentos Eletromecânicos-R01 - (Doc SEI/GDF 205712102).

11. REGIME DE EXECUÇÃO: **Empreitada por preço global** - **item 2.4** Projeto Básico Manutenção de Equipamentos Eletromecânicos-R01 - (Doc SEI/GDF 205712102).

12. MODO DE DISPUTA: **Aberto** **item 2.3** do Projeto Básico Manutenção de Equipamentos Eletromecânicos-R01 - (Doc SEI/GDF 205712102).

13. FORMA DE PAGAMENTO: As formas, condições e prazos dos pagamentos serão efetuados conforme descrito na SEÇÃO X - DO PAGAMENTO, do RLC/ NOVACAP, no Edital, bem como com o que for estabelecido no Contrato, em compatibilidade com o Convênio ou Termo de Cooperação estabelecido entre a NOVACAP e o órgão CONVENIENTE, quando for o caso conforme **item 21.2** do Projeto Básico Manutenção de Equipamentos Eletromecânicos-R01 - (Doc SEI/GDF 205712102).

14. CAPACITAÇÃO TÉCNICA: Na forma estabelecida no **item 10** do Projeto Básico Manutenção de Equipamentos Eletromecânicos-R01 - (Doc SEI/GDF 205712102).

A PROPONENTE deverá comprovar a Capacidade Técnico-operacional (da licitante), por meio da apresentação de um ou mais Atestados, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando a execução de obras ou serviços com características pertinentes e semelhantes ao objeto licitado, e refletindo as necessidades operacionais mínimas a serem demonstradas, conforme discriminado abaixo:

TABELA 2

Capacidade Técnico-Operacional

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE (ORÇADO)	QUANTIDADE (EXIGIDO)	RELEVÂNCIA
------	------------------------	---------	---------------------	----------------------	------------

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE (ORÇADO)	QUANTIDADE (EXIGIDO)	RELEVÂNCIA
1.1	Execução de serviços continuados de Operação, Manutenção Preventiva, Corretiva, Preditiva e Assistência Técnica, em equipamentos e instalações dos Sistemas de Conservação de Cadáveres com telessupervisão central, pelo período mínimo de 12 meses.	TR (TONELADA DE REFRIGERAÇÃO)	32	16	Técnica
1.2	Execução de serviços continuados de Operação, Manutenção Preventiva, Corretiva, Preditiva e Assistência Técnica, em equipamentos e instalações dos Sistemas de Câmaras Frias para conservação e armazenamento de remédios/vacinas com telessupervisão central, pelo período mínimo de 12 meses.	TR (TONELADA DE REFRIGERAÇÃO)	8	4	Técnica

Por telessupervisão central entende-se um sistema tecnológico destinado ao monitoramento, controle e supervisão remota, em tempo real, de processos, equipamentos ou redes. Esse sistema utiliza tecnologias de comunicação para a coleta de dados em campo, transmitindo-os a uma central de operações, o que permite uma gestão mais eficiente, maior confiabilidade operacional e suporte ágil à tomada de decisões.

Serão considerados válidos os atestados que comprovem a execução de serviços contemplando, no mínimo:

- Monitoramento contínuo e remoto de variáveis ambientais (temperatura e umidade relativa do ar) em tempo real;
- Utilização de sensores eletrônicos de precisão (estado sólido ou equivalente);
- Transmissão de dados por meio seguro (GPRS, GSM, rede IP ou tecnologia equivalente), com protocolos de comunicação confiáveis;
- Armazenamento histórico das variáveis monitoradas em banco de dados;
- Geração de relatórios periódicos de desempenho e ocorrências;
- Sistema com capacidade de emissão de alarmes e acionamento de equipe técnica em caso de desvios ou anomalias;
- Operação por meio de central de supervisão ou software dedicado de gerenciamento.

A comprovação deverá evidenciar que os serviços executados possuem características técnicas compatíveis com o objeto da contratação, especialmente quanto ao controle e rastreabilidade das condições ambientais críticas.

Os quantitativos exigidos para comprovação de capacidade técnico-operacional representam no máximo 50% (cinquenta por cento) de toda a área do objeto ou do total orçado para o objeto em questão, conforme determina a Decisão Normativa nº 002/2003, expedida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e demais precedentes daquela Corte de Contas, tais como, as Decisões Ordinárias nº 3394/2014, 4211/2013, 781/2011 e Decisão Extraordinária nº 6610/2010.

A capacidade técnica exigida visa qualificar a seleção da proposta mais vantajosa e resguardar a Administração Pública a partir da participação de licitantes que detenham infraestrutura e recursos compatíveis com as características dos trabalhos a realizar na contratação em questão.

Quanto aos atestados de capacidade técnico-operacional deverá ser observado o seguinte:

A exigência de apresentação de atestado visa obter a comprovação de que a Proponente executou serviços com características pertinentes e semelhantes ao objeto licitado.

Caso a Proponente seja um Consórcio, cada uma das empresas participantes dessa parceria deverá, necessariamente, contribuir com a comprovação da capacidade técnica exigida no Certame, no mínimo, proporcionalmente a sua participação no Consórcio.

Deverão vir acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Operacional - CAO, nos termos da resolução nº 1.137/2023 - CONFEA, ou das Certidões de Acervo técnico (CAT) com suas anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT), emitidas pelos conselhos de fiscalização profissional, em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU (Acórdão nº 3298/2022 - 2ª Câmara).

Para os atestados de qualificação técnica de licitante que atuou em consórcio, quando o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, deve ser adotado o seguinte comando.

Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada

consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma **concomitante**, nos termos da Instrução Normativa nº 5/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934, de 2018 e outras jurisprudência.

Quando o Atestado referir-se a obra ou serviço realizado em regime de subcontratação ou subempreita, a Proponente deverá apresentar a comprovação de anuência do contratante inicial para essa subcontratação, apresentando, inclusive as respectivas Certidões de Acervo Operacional – CAO ou as Certidões de Acervo técnico (CAT) com suas anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT).

A PROPONENTE deverá apresentar comprovação de **Capacidade Técnico-profissional (da Equipe Técnica)** mediante uma ou mais Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e dos demais membros da equipe técnica que participarão da execução do contrato, de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado, contemplando os serviços da Tabela a seguir:

TABELA 3
Capacidade Técnico-Profissional

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1.1	Execução de serviços continuados de Operação, Manutenção Preventiva, Corretiva, Preditiva e Assistência Técnica, em equipamentos e instalações dos Sistemas de conservação de Cadáveres e de Câmaras Frias.
1.2	Execução de serviços continuados de Operação, Manutenção Preventiva, Corretiva, Preditiva e Assistência Técnica, em equipamentos e instalações dos Sistemas de conservação de Cadáveres e de Câmaras Frias com telessupervisão central.

Quanto aos atestados de capacidade técnico-profissional deverá ser observado o seguinte:

As certidões de acervo técnico deverão estar acompanhadas dos respectivos atestados de capacidade técnica, comprovando a efetiva participação do profissional nas atividades técnicas atestadas.

Quando o Atestado referir-se a obra ou serviço realizado em regime de subcontratação ou subempreita, deverá ser comprovada a anuência do contratante inicial ou da efetiva participação do profissional nas atividades técnicas atestadas.

- A retromencionada anuência poderá ser substituída por intermédio de registro em carteira profissional de trabalho ou ficha de registro de empresa, acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado, ou ainda por contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto da Certidão.

No caso de apresentação pela Proponente de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, ressalta-se que:

- Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Diretrizes gerais relativas capacidade técnica e equipe técnica:

É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Admite-se em sede de diligência a:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

A proponente será considerada inabilitada caso não sejam confirmadas as informações contidas na documentação apresentada para fins de qualificação técnica.

A Proponente, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade de atestados e certidões, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT)/Certidão de Acervo Operacional (CAO) e local em que foram executados os serviços.

A licitante deverá apresentar a INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA responsável pela realização do objeto do presente Certame, conforme modelo anexo ao Edital, em conformidade com as Resoluções nº 1.121/2019, de 13/12/2019, nº 1.010, de 22/08/2005, e nº 1.137/2023, de 31/03/2023, do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, e as Leis nº 5.194, de 24/12/1966, e nº 6.496, de 07/12/1977.

Deverão ser indicados os profissionais habilitados conforme as características do objeto, com a devida comprovação de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), de acordo com a legislação vigente.

Visando preservar o sigilo das propostas, serão inabilitadas as Proponentes que apresentarem um mesmo profissional para compor a equipe técnica, não cabendo qualquer alegação ou recurso.

O vínculo do(s) Responsável(eis) Técnico(s) indicado(s) pela empresa deverá ser demonstrado apenas pela licitante vencedora, no momento da contratação (Decisão nº 002/2012 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF).

O profissional indicado pela Proponente deverá participar da execução do contrato.

Caso a vencedora do Certame (ou as participantes do Consórcio vencedor) seja de outra praça, no ato da CONTRATAÇÃO deverá ser apresentada pela signatária a Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA do Estado de origem, e esta deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA/DF, de acordo com o Art. 69, da Lei 5.194, de 24/12/66 e Resolução nº 1.121, de 13/12/19 do CONFEA.

SUBCONTRATAÇÃO: Item 23 do Projeto Básico Manutenção de Equipamentos Eletromecânicos-R01 - (Doc SEI/GDF 205712102).

A CONTRATADA poderá efetuar a subcontratação facultativa de até 30% (trinta por cento) do valor total estimado, desde que atendidos todos os requisitos exigidos na Lei nº 13.303/2016 e RLC/NOVACAP. Dessa forma, a futura CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade exclusiva, ratificadas suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar a execução de partes da obra com terceiros, desde que respeitados os limites estabelecidos.

15. COMPONENTES DO PROJETO BÁSICO:

O presente documento “ELEMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO” é composto das

seguintes peças:

- Relação de documentos – RRTs, ARTs, CRTs (Doc SEI/GDF nº 198518418,198518548,199048839).
 - Documento de Formalização de Demanda - DFD Nº 3/2025 SES/SINFRA/CEAOP/DEA 160568622 (Doc SEI/GDF nº 198424064).
 - Plano de trabalho e Termo de compromisso com repasse de recursos NOVACAP/PRES/DP/DPL/DPLI 197953880 (Doc SEI/GDF nº 200688748).
 - Estudo Técnico Preliminar - ETP SES/SEGEA/SINFRA/CEAOP/DEA 198249141 (Doc SEI/GDF nº 199481460).
 - Relação de documentos – Planilha Estimativa 026-2026- DORC -CDS-R01 (Doc SEI/GDF nº 205634120) e Atesto (Doc SEI/GDF nº 205634558).
 - Especificação Técnica Câmaras Frias SES-DF 182296096 - R 0 2 (Doc SEI/GDF nº 198518322).
 - Projeto Básico Manutenção de Equipamentos Eletromecânicos-R01 - (Doc SEI/GDF 205712102).
 - Matriz de riscos Item 27 do Projeto Básico Manutenção de Equipamentos Eletromecânicos-R01 - (Doc SEI/GDF 205712102).
-
- - 1 - Em cada “*LISTAGEM DE DOCUMENTOS*” são informadas todas as documentações que fazem parte destes “*ELEMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO*”.
 - 2 - As “*LISTAGEM DE DOCUMENTOS*” são anexos destes “*ELEMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO*”.

16. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO:

1. Conforme item 9 do Projeto Básico Manutenção de Equipamentos Eletromecânicos-R01 - (Doc SEI/GDF 205712102).

2. As proponentes deverão apresentar as planilhas orçamentárias, as composições de custos unitários, os demonstrativos de encargos sociais e de BDI, bem como o cronograma físico-financeiro, em meio magnético, em formato Excel, sob pena de desclassificação.

2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários e/ou globais simbólicos irrisórios e/ou abusivos, nos termos do art. 116 do RLC/NOVACAP e art. 56 da Lei nº 13303/2016.

3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários que ultrapassem o valor unitário da planilha estimativa da NOVACAP, quando fornecida.

4. O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pela NOVACAP.

5. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, nos termos do art. 131, § 2º, do RLC/NOVACAP.

Nos termos da Recomendação n.º 1/2024 - NOVACAP/PRES/DJ SEI/GDF - 145101268 201165325), consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela NOVACAP; ou

Valor do orçamento estimado pela NOVACAP.

Nota: Estes elementos técnicos consistem no resumo dos documentos constantes no presente processo.

Insta ressaltar que os conteúdos de cada documento técnico e dos projetos é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, conforme respectivas Anotações/Registros de Responsabilidade Técnicas.

Marcelo José Ferreira da Cunha

Assessor II - Chefe da Divisão de Análise Técnica - DATE

Mat. 74.403-4

Engº Carlos Alberto Spies

Diretor de Planejamento e Projetos - DP



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO JOSÉ FERREIRA DA CUNHA - Matr.0074403-4, Chefe da Divisão de Análise Técnica**, em 22/06/2026, às 17:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO SPIES - Matr.0973612-3, Diretor(a) de Planejamento e Projetos**, em 23/06/2026, às 09:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **206463110** código CRC= **3ADF4EE5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF